

APRESENTAÇÃO

Caras leitoras e caros leitores!

Nesta segunda edição especial da Revista SENDAS, temos o prazer de apresentar os resumos expandidos oriundos das experiências extensionistas compartilhadas no II Congresso de Extensão e Cultura (II CONEX), promovido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC), da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE). No ano de 2023, o II CONEX teve como tema *UFAPE sustentável: a Extensão e suas relações na interinstitucionalidade, territorialidade e desenvolvimento social*, com vários momentos direcionados à sensibilização das pessoas sobre a importância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

Há quem diga - e não duvidamos disso - que a Extensão é protagonista nessa articulação com os ODS, uma vez que é por meio dela que a universidade se conecta com a comunidade e com o território onde está inserida. Porém, ao unir esforços com o Ensino, a Pesquisa e a Gestão nesta causa, é que a Universidade integralmente se posiciona como agente de transformação social, econômica e ambiental, ou seja, uma Universidade Sustentável.

Assim, a SENDAS Revista de Extensão, Arte e Cultura da PREC/UFAPE, nascida de nossas veias regionais, congenitamente se une aos mesmos propósitos, atuando como catalisadora no desenvolvimento de uma UFAPE sustentável, por meio da difusão dos conhecimentos acadêmicos, dos saberes populares e dos fazeres da Extensão e da Arte e Cultura. E nesta troca de experiências é que os atores cidadãos se tornam protagonistas em suas comunidades, promovendo um senso de pertencimento e de responsabilidade coletiva. E é assim que sempre deve ser, pois essa é a primazia do interesse público que garantirá a justiça, a equidade e o equilíbrio social.

Desejo boa leitura!

Profa. Dra. Lucilene Simões Mattos

Editora Chefe

Sendas – Revista de Extensão, Arte e Cultura – PREC/UFAPE

A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS

Emanoele Justino Duarte¹, Marcela Barbosa Leite², Maria Rita Ferreira da Silva³

INTRODUÇÃO

Historicamente, a implementação de uma Educação em Direitos Humanos (EDH) se deu através da organização da sociedade civil e movimentos sociais como tentativa de superação de um contexto social marcado pela privação de direitos fundamentais importantes à garantia da dignidade humana. No Brasil, o compromisso do Estado com uma EDH materializou-se por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988 e outros tratados e legislações nacionais e internacionais sancionados, a partir dos quais foi possível pensar programas e práticas que promovessem a formação de sujeitos mais conscientes de seus direitos e deveres na sociedade como também o desenvolvimento de uma cultura de paz e respeito à diversidade e às diferenças (Zenaide, 2016).

Nesse sentido, em 2003, foi elaborado o Plano Nacional de Educação para os Direitos Humanos (PNEDH), em que foram traçados diretrizes e procedimentos de ação para a construção de uma EDH que envolvessem a educação básica, a educação superior, a educação não-formal, e também à formação inicial e continuada de educadores (PNEDH, 2018). Contudo, mesmo com o esforço das organizações internacionais e do Estado brasileiro para constituir políticas públicas voltadas à implantação de ações de direitos humanos no domínio da educação e da cultura, são observadas, diariamente, sucessivas violações aos direitos humanos quer no plano dos direitos civis e políticos quer no campo dos direitos sociais, culturais, econômicos e ambientais, como destaca o PNEDH:

Além do recrudescimento da violência, tem se observado o agravamento na degradação da biosfera, a generalização dos conflitos, o crescimento da intolerância

¹ Estudante do curso de Direito. Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA). **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0007-3155-593X>.
E-mail: emanoele.222160082@aesga.edu.br.

² Professora do curso de Direito. Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA). **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0001-9728-9127>.
E-mail: marcelaleite@aesga.edu.br.

³ Estudante do curso de Direito. Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA). **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0000-7488-3676>.
E-mail: maria.21217440@aesga.edu.br.

étnico-racial, religiosa, cultural, geracional, territorial, físico-individual, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras, mesmo em sociedades consideradas historicamente mais tolerantes, como revelam as barreiras e discriminações a imigrantes, refugiados e asilados em todo o mundo. Há, portanto, um claro descompasso entre os indiscutíveis avanços no plano jurídico-institucional e a realidade concreta da efetivação dos direitos (PNEDH, 2018, p. 8).

Com base nesse cenário, surgiu o Projeto de Extensão Universitária Educação e Cidadania: debatendo direitos humanos e direitos fundamentais em escolas públicas de Garanhuns, que teve como intuito desenvolver ações de EDH em escolas públicas utilizando metodologias participativas, tais como rodas de conversas, oficinas, dinâmicas de grupo, como estratégias para discutir os princípios normativos dos direitos humanos de modo a estimular a defesa e a proteção da pessoa humana. Assim, o objetivo deste trabalho é relatar as experiências e analisar criticamente as atividades desenvolvidas neste Projeto, considerando o seguinte questionamento: qual é a importância de se implementar práticas de educação em direitos humanos nas escolas?

METODOLOGIA

Para a obtenção dos objetivos, utilizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, com finalidade exploratória, tendo sido aplicados, como procedimentos técnicos, a observação não estruturada, que permite ao pesquisador um registro espontâneo, mas atento, dos dados coletados (Marconi; Lakatos, 2003), e a revisão bibliográfica, que possibilita fundamentar cientificamente, por meio de um levantamento de livros, artigos científicos, leis, etc. já publicados (Cervo; Bervian, 2002), as vivências das atividades educativas propostas pelo Projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Projeto foi desenvolvido por três estudantes e uma professora do Curso de Direito das Faculdades Integradas de Garanhuns (FACIGA/AESGA), em duas escolas municipais durante os semestres de 2022.2 e 2023.1. O início dos trabalhos se deu com a visita às escolas

a fim de decidir, coletivamente, sobre os temas dos direitos humanos e as estratégias metodológicas a serem adotadas, seguindo o interesse e a realidade social de cada comunidade escolar, de modo que a proposta do Projeto incorporasse um sentido não meramente teórico para as escolas mas, sobretudo, prático, tornando efetiva a participação de todos os envolvidos no processo, valorizando a experiência de vida dos participantes (Candau, 2008). Assim, empreender uma EDH pressupõe, necessariamente, adotar uma postura teórico-metodológica que considere a todos, em especial, o educando, como “o sujeito do processo educativo, contemplando uma pedagogia fundada no diálogo, na participação coletiva” (Dias, 2008, p. 5). Nas palavras de Candau, as estratégias metodológicas devem refletir e estar articuladas com as particularidades de cada realidade, isto é, elas devem estimular “processos que articulem teoria e prática, elementos cognitivos, afetivos e envolvimento em práticas sociais concretas, [pois, assim, é possível] “a interação entre o saber sistematizado sobre Direitos Humanos e o saber socialmente produzido [...] (Candau, 2007, p. 405).

Dentre as propostas, definiu-se as seguintes temáticas: (a) noções gerais sobre o que são direitos humanos e sua origem histórica; (b) as formas de proteção aos direitos humanos; (c) consequências sociais e psicológicas da violação dos direitos humanos; (d) os cuidados com a saúde mental como um direito fundamental; e (d) a mediação de situações de conflito na escola com vistas a uma comunicação não-violenta. A escolha desses conteúdos se encontra em sintonia com as recomendações das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012) segundo a qual importa discutir questões relacionadas à vida em comunidade, ou seja, importa “trazer para a sala de aula exemplos de discriminações e preconceitos comuns na sociedade, a partir de situações-problema e discutir de forma a resolvê-las” (Brasil, 2012, p. 47).

As etapas do planejamento das estratégias metodológicas empregadas foram as seguintes: (1) preparação prévia com estudo de documentos relacionados aos direitos humanos; (2) reuniões para decidir acerca das atividades e recursos materiais utilizados. No caso, foram feitas rodas de conversa, oficinas e dinâmicas de grupo tanto com os professores quanto com os alunos, sobre os temas acima descritos, valendo-se de slides, charges, vídeos, música, panfletos e brincadeiras com o intuito de promover uma compreensão didática no que concerne à defesa e proteção dos direitos humanos; (3) produção de trabalhos científicos e

participação em eventos acadêmicos a fim de promover a divulgação do Projeto e o aprofundamento das temáticas relacionadas aos direitos humanos. A adoção dessas estratégias metodológicas também está amparada nas Diretrizes porquanto foram utilizadas diferentes linguagens, tais como a poética, musical, corporal, literária, etc, buscando uma aprendizagem significativa, participativa, dinâmica e problematizadora (Brasil, 2012). De fato, convém mencionar que o desenvolvimento das atividades educativas com as crianças e adolescentes nas escolas exigiu uma adequação da linguagem e do aporte metodológico, visto que os temas precisavam ser vivenciados de forma simples e compreensiva. É nessa perspectiva que “contextos específicos necessitam também de abordagens específicas” quando se trata de implementar práticas de EDH (Candau, 2007, p. 405).

A aposta fundamental que conduziu o Projeto é a de que por meio da EDH é possível o “fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos” (Brasil, 2012). Como a escola é um espaço fundamental para a formação das relações interpessoais, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012) enfatizam a necessidade de incorporação de conhecimentos concernentes aos direitos humanos na organização das matrizes curriculares e extracurriculares (Brasil, 2012).

Portanto, depreende-se daí que a EDH possui potencial para orientar a criação de metodologias de ensino-aprendizagem que visem a sensibilização da comunidade escolar ao desenvolvimento de atitudes cidadãs solidárias de respeito à diversidade e às diferenças para, assim, melhorar as relações interpessoais na escola, diminuindo conflitos, bem como preparando crianças e adolescentes ao convívio harmônico na sociedade. A esse respeito, Dias assinala que:

A escola deve privilegiar o exercício do diálogo como forma de resolver pequenos conflitos e de ajustar pontos de vistas distintos. Ao negociar, no grupo, a adequação do seu ponto de vista, crianças e adolescentes tomam contato com outras formas de pensar, de sentir e de agir, levando-os a relativizarem seu próprio pensamento acerca do problema em questão, desenvolvendo o espírito de cooperação e de solidariedade entre eles mediante fortalecimento de atitudes de respeito ao colega e ao bem comum (Dias, 2008, p. 3).

Com a execução do Projeto foi possível constatar o interesse das crianças e adolescentes pelos temas relativos aos direitos humanos. As perguntas feitas a eles no decorrer das atividades permitiram perceber que, embora não tematizadas, já tinham noções de direitos humanos, bem como noções das formas e consequências de sua violação. Muitos interagiam com outras perguntas ou relatos de situações de violência e discriminação sofridas por eles ou seus familiares: bullying, racismo, homofobia, gordofobia, etc. Pôde-se observar que os alunos reconhecem o fato de que a violação de direitos humanos imprime sofrimentos e é fundamental denunciar os casos de preconceitos e discriminação vivenciados. E nesse sentido, as ações de EDH requerem “[...] a adoção de práticas orientadas criticamente para a completa ressignificação da capacidade de pensar, agir, sentir e julgar na direção da promoção dos direitos humanos. E, simultaneamente, capacite os educandos para denúncia de suas violações” (Dias, 2008, p. 4).

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), em 1999, com alguns países da América Latina, dentre eles, o Brasil, constatou a importância de que as práticas de EDH devessem estar, a partir dos anos 2000, orientadas no sentido de reforçar as três dimensões fundamentais da EDH, qual sejam: a) “formar sujeitos de direito”, isto é, capacitar as pessoas a se enxergarem como sujeitos críticos, cidadãos detentores de direitos no âmbito individual e coletivo; b) “empoderar”, ou seja, educar para serem agentes sociais participativos e organizados em prol da luta contra a exclusão e desigualdades sociais; e c) “transformar a sociedade”, isto significa, educar para a construção de uma sociedade comprometida com a justiça social, com a democracia e com uma cultura de paz (Candau, 2008). De lá para cá, é evidente que muito já se conquistou, mas, sem dúvida, ainda temos um caminho longo e cheio de desafios a desbravar no que diz respeito à implantação de uma cultura de direitos humanos.

CONCLUSÕES

De um modo geral, o Projeto de Extensão foi bem acolhido nas duas escolas em que foi vivenciado, tendo sido demonstrada uma boa participação nas atividades propostas. No entanto, percebemos que alguns temas de direitos humanos como, por exemplo, aqueles relacionados à comunidade LGBTQIAPN+ e à questão de gênero, nomeadamente, questões

relacionadas à violência doméstica encontraram resistência de serem discutidos no âmbito escolar. Temas como *bullying*, violência nas escolas e saúde mental tiveram maior receptividade. Constatamos que esse fato indica a necessidade de dar continuidade ao Projeto, buscando formas diversificadas de implementar educação em direitos humanos dentro e fora das escolas a fim de garantir, cada vez mais, na sociedade, um espaço de sensibilização e conscientização acerca da importância de preservar o respeito à dignidade da vida humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. 3ª reimpressão. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRM_AOPNEDH.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 1 de 30 de maio de 2012**, Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Diário Oficial da União, Brasília, n. 105, seção 1, p.48, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 20 out 2023.

CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

CANDAU, V. M. Educação em direitos humanos: questões pedagógicas. In: BITTAR, Eduardo (Org.). **Educação e metodologia para os direitos humanos**. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 285-298.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2002.

DIAS, A. A. A escola como espaço de socialização da cultura em direitos humanos. In: ZENAIDE, M. de N. T. et al. (org.). **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. João Pessoa: Editora Universitária; UFPB, 2008. v. 2.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ZENAIDE, M. de N. T. Educação em e para os direitos humanos: conquista e direito. In: DIAS, A. A.; Z. M. de N. T.; FERREIRA, L. de F. G. (Orgs.). **Educando em direitos humanos: fundamentos educacionais**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016, v. 3, p. 11-23.

CONTRIBUIÇÕES DO GRUPO DE ESTUDOS EM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM VETERINÁRIO DA UFAPE NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES E PROFISSIONAIS DA MEDICINA VETERINÁRIA

Maria Cândida Ferreira da Silva¹, Alex Magno de Souza Silva², Scheyla Cardoso da Silva³, Hemilly Mendes Santos⁴, Vitoria Beatriz Martins Silva⁵, Nathália Vieira de Santana⁶, Luiz, Carlos Fontes Baptista Filho⁷, Iraci Cordeiro de Oliveira Neta⁸

INTRODUÇÃO

O Grupo de Estudos em Diagnóstico por Imagem Veterinário (GEDIV) da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE) foi criado em 2017, quando a universidade ainda era campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/UAG), a partir do interesse de alguns graduandos em medicina veterinária, pela área. Houve uma breve pausa e o seu retorno foi marcado com a oficialização do grupo em dezembro de 2022. Atualmente o grupo é composto por 07 discentes do curso de medicina veterinária, um professor orientador, além de contar com a colaboração de duas Médicas Veterinárias, sendo uma delas especializada na área.

O trabalho em grupo expande o potencial para relacionamentos mais solidários à medida que as pessoas aprendem a reconhecer as semelhanças e diferenças umas das outras, a gerar ideias e a agir coletivamente (BARBATO; CORRÊA e CONCEIÇÃO, 2010). As atividades complementares correspondem a práticas acadêmicas que buscam ampliar o

¹ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:**<https://orcid.org/0009-0004-2428-325X> **E-mail:** mariacandidaf.ss@gmail.com

² Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:**<https://orcid.org/0009-0005-5694-9711> **E-mail:** magnoalex@gmail.com

³ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:**<https://orcid.org/0009-0003-9860-854X> **E-mail:** scheylacardoso725@gmail.com

⁴ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:**<https://orcid.org/0009-0009-6589-9962> **E-mail:** hemillymendrs@gmail.com

⁵ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:**<https://orcid.org/0009-0000-5816-8664> **E-mail:** vitoria.b123martins@hotmail.com

⁶ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:**<https://orcid.org/0009-0000-3097-3258> **E-mail:** nathaliav247@gmail.com

⁷ Professor do curso de Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:**<https://orcid.org/0000-0002-3855-8187> **E-mail:** luz.baptista@ufape.edu.br

⁸ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sanidade e Reprodução em Animais de produção. **Orcid:**<https://orcid.org/0009-0006-2972-167> **E-mail:** iracioliveira.id@hotmail.com

currículo e enriquecer o perfil do formando. Elas ampliam os horizontes do conhecimento do aluno para além do ambiente da sala de aula e propiciam a transdisciplinaridade no currículo (SILVA, 2008). Constituem, portanto, ações que devem ser desenvolvidas ao longo do curso, criando mecanismos de aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo graduando, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, integralizando o currículo.

Deste modo, o GEDIV buscou reunir alunos que tivessem interesse na área e realizar discussões quinzenais de artigos, participar de aulas práticas de acordo com a demanda da universidade e a realização de um ciclo de palestras com temas essenciais para uma formação complementar dos discentes. O objetivo, através do presente trabalho, é apresentar um relato de experiência das atividades desempenhadas no IMAGIVET: I Ciclo de Palestras, desenvolvido pelo GEDIV, destacando a importância da realização de eventos acadêmicos na área que contribuam para a formação de discentes do curso e de profissionais médicos veterinários.

METODOLOGIA

Durante o curso de Medicina Veterinária da UFAPE apenas uma disciplina, Radiologia Veterinária, é contemplada na área de imagiologia, contando com uma carga horária total de 30 horas. BURON, 2016 afirma que as instituições de ensino superior assumem um papel de maior relevância à medida que produzem e centralizam vastos volumes de conhecimentos fundamentais para o progresso das comunidades locais e regionais. Levando isso em consideração e com o objetivo de melhorar o déficit na grade curricular, o GEDIV realizou um ciclo de palestras envolvendo temas importantes da área para a formação acadêmica dos alunos do curso, denominado de IMAGIVET: I Ciclo de palestras do GEDIV.

O IMAGIVET foi realizado durante cinco dias no mês de agosto (07/08/2023 a 11/08/2023), através de palestras conduzidas por médicos veterinários convidados, abordando assuntos que são essenciais na área da imagiologia. Os temas das palestras foram: “Ultrassonografia gestacional em cadelas”, “Diagnóstico gestacional por ultrassonografia em pequenos ruminantes”, “Introdução ao ecocardiograma”, “Endoscopia digestiva como ferramenta para clínica médica veterinária” e a “Ultrassonografia com Doppler na

reprodução equina”. A diversidade temática teve como finalidade atender a todos os níveis de conhecimentos dos alunos ouvintes, abranger mais de uma espécie animal, abordar diversos eixos da Imaginologia (além da radiografia) e oferecer a oportunidade de Médicos Veterinários formados pela instituição de retornar e repassar para o público suas experiências e conhecimentos.

Foram disponibilizadas 50 inscrições para o evento, feitas através da plataforma Even3 e divulgadas pela conta oficial do grupo no Instagram. Os alunos inscritos receberam certificado mediante uma presença de 75% no evento, contribuindo com a aquisição de horas extracurriculares necessárias durante a graduação. Afim de avaliar a satisfação e o impacto de atividades, como o IMAGIVET, para a formação acadêmica, foi desenvolvido através da plataforma Google Forms um questionário com nove perguntas objetivas e enviado através do Gmail a todos os participantes do evento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As 50 vagas disponibilizadas no evento foram esgotadas poucos minutos após a divulgação do evento nas redes sociais e plataforma do evento. A procura intensa pela área de Imaginologia reforça a crescente procura pela área associada ao déficit proporcionado por disciplinas mais abrangentes na área em questão.

Foram obtidas 31 respostas ao formulário voluntário disponibilizado aos inscritos no evento. Considerando as respostas fornecidas sobre o interesse em se inscrever no IMAGIVET, podendo o voluntário responder mais de uma alternativa, obtendo-se que todos (100% - 31/31) declararam que se deu devido ao desejo de adquirir conhecimento sobre a área de diagnóstico por imagem veterinário, 64,5% (20/31) desejam melhorar seu currículo por meio do certificado e 22,6% (7/31) buscam completar as horas complementares exigidas no curso.

Quanto à importância que o IMAGIVET acrescentou na formação como estudante e futuro profissional, 96,8% (30/31) afirmam que favoreceu seu crescimento teórico dentro da área da Imaginologia Veterinária, 58,1% (18/31) optaram pelo Networking – através da descoberta de novos profissionais da área, 45,2% (14/31) destacam a descoberta de novas

áreas dentro da Medicina Veterinária e nenhum dos perguntados (0% - 0/31) acredita que o IMAGIVET não acrescentou em nada.

Perguntas avaliativas sobre o evento, demonstram que todos os questionados classificam o IMAGIVET como um evento muito bom, que participariam da 2ª edição do IMAGIVET e ainda indicariam para um amigo. Levando em consideração a escolha dos temas abordados, 93,5% (29/31) acreditam que foram bem escolhidos porque agregou em seu conhecimento acadêmico e pessoal, 77,4% (24/31) por abordar mais de uma espécie animal, 54,8% (17/31) pelo fato de que normalmente não escutaria na sala de aula sobre os temas abordados no evento e 3,2% (1/31) acredita que os temas não foram bem escolhidos.

Sobre a oferta de disciplinas na área da Imaginologia Veterinária em seu curso ser suficiente quando comparada às diversas áreas possíveis durante a graduação, 93,5% (29/31) responderam não ser suficiente enquanto 6,5% (2/31) afirmam que sim. Se um grupo de estudos na área de Diagnóstico por Imagem Veterinário poderia contribuir positivamente na formação acadêmica de alunos do curso de Medicina Veterinária da UFAPE, todos (100% - 31/31) responderam que sim e destes 61,3% (19/31) possuem interesse em fazer parte do GEDIV.

Os resultados da pesquisa de avaliação concluíram que o GEDIV alcançou os seus principais objetivos com a realização do IMAGIVET, levando em consideração que a maioria dos participantes afirmaram que compareceram ao evento com o desejo de adquirir conhecimentos na área de diagnóstico por imagem veterinário. Esse interesse é otimista, pois a medicina veterinária oferece diversas opções de especialização, permitindo que profissionais façam escolhas de acordo com seus objetivos (ALVES, 2021). Ademais, a seleção de temas recebeu avaliações favoráveis por abranger uma variedade de assuntos, agregando ao conhecimento acadêmico e pessoal dos participantes. O fato de serem abordadas diferentes espécies de animais e temas que normalmente não são abordados nas aulas também é visto de forma positiva.

Este levantamento constatou que a única disciplina ofertada na grade do curso, que contempla a área de Diagnóstico Veterinário, não é suficiente para abranger a área, destacando a importância de iniciativas de realização de eventos acadêmicos, como o IMAGIVET, que contribuam diretamente na formação acadêmica dos alunos. Silva; Laís e Rocha (2019) afirmam que a participação de estudantes em eventos como este é fundamental para integrar

conhecimentos adquiridos em disciplinas e promover crescimento pessoal, atualização de saberes e desenvolvimento intelectual. Além disso, muitos ouvintes manifestaram o interesse em ingressar no grupo de estudo, demonstrando a necessidade de uma maior abertura de vagas para contemplar mais estudantes e proporcioná-los o desenvolvimento do pensamento crítico, na produção de evidências científicas e na valorização de seu currículo já durante a graduação.

CONCLUSÕES

Considerando o objetivo de avaliar a satisfação e o impacto do IMAGIVET: I Ciclo de Palestras do GEDIV sobre a formação acadêmica e profissional do corpo discente da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco (UFAPE), os dados coletados são satisfatórios, e levando em consideração o preenchimento total das vagas que foram disponibilizadas, demonstram o forte interesse dos estudantes de veterinária da UFAPE na área de diagnóstico por imagem. Além de evidenciar a carência de disciplinas específicas na área de Diagnóstico por Imagem Veterinária na grade curricular do curso de Medicina Veterinária da UFAPE. Isso destaca a importância de iniciativas como o IMAGIVET e o GEDIV, que preenchem essas lacunas e recursos diretamente para a formação acadêmica dos alunos.

Portanto, o IMAGIVET, bem como o GEDIV, revelou-se uma iniciativa de sucesso para promover o conhecimento dos estudantes de veterinária da UFAPE e de profissionais médicos veterinários. Essas atividades demonstram a importância de grupos de estudos na conclusão da formação acadêmica e na promoção do aprendizado e do desenvolvimento profissional e reforçam a necessidade de promover eventos acadêmicos e grupos de estudo semelhantes, além de incentivar a expansão das ofertas de disciplinas na área, a fim de garantir uma formação mais abrangente e completa para os futuros profissionais da Medicina Veterinária bem como na formação continuada de profissionais da área.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. B. G. **Especializações na medicina veterinária: Um estudo comparativo entre formandos e formados do curso de medicina veterinária da Universidade Federal da Paraíba.** 2021. 46f. TCC - Graduação Medicina Veterinária, Centro de Ciências Agrárias (CCA), UFPB - Campus II, Areia, 2021.

BARBATO, R. G.; CORRÊA, A. K.; CONCEIÇÃO, M. **Aprender em grupo: experiência de estudantes de enfermagem e implicações para a formação profissional.** Escola Anna Nery, v. 14, n. 1, p. 48–55, 1 mar. 2010.

BURON, R. M. **O papel da universidade na formação do perfil profissional.** Salão do Conhecimento In: Congresso Internacional em Saúde, 2016.

DA SILVA, E. V.; GIONGO, C. L. M.; ROCHA, V. M. P. **Importância da Participação em Eventos Científicos para a Formação em Fisioterapia: Relato de Experiência.** Cadernos de Educação, Saúde e Fisioterapia, v. 6, n. 12, 2019.

EDUCAÇÃO SANITÁRIA NA MICRORREGIÃO DE GARANHUNS: ABORDANDO A CRIPTOSPORIDIOSE EM PROPRIEDADES RURAIS E ESCOLAS LOCAIS

Eduardo Henrique Amorim Silva¹, Ivaldo Victor Mota de Siqueira², Iury Henrique de Freitas Melo³, Adenilson José dos Santos⁴, Lucas Azevedo dos Santos⁵, Zullay Barros Carvalho de Souza⁶, Tatiene Rossana Móta Silva⁷, Gílcia Aparecida de Carvalho⁸

INTRODUÇÃO

A criptosporidiose é uma protozoonose causada por *Cryptosporidium* spp. (Protozoa: Apicomplexa) que acomete mamíferos, peixes, aves e répteis e é responsável por alterações gastrointestinais que podem culminar na morte dos seus hospedeiros, principalmente animais jovens e imunossuprimidos, além de crianças e pessoas com o vírus da imunodeficiência adquirida. A transmissão desta patologia acontece via fecal-oral, principalmente pela ingestão ou inalação de oocistos de *Cryptosporidium* spp. que parasitam o epitélio dos tratos respiratório, gastrointestinal e urinário de seus hospedeiros, lesando células e sendo eliminados para o meio ambiente nas fezes (Galvão *et al.*, 2012; Bonsere *et al.*, 2020).

A terapêutica eficaz à criptosporidiose segue indeterminada, de modo que, em casos sintomáticos, utiliza-se a terapia suporte. No entanto, a melhor alternativa para o controle desta zoonose é a prevenção. Além disso, ela é considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma doença emergente e que, embora possua distribuição cosmopolita, é uma enfermidade negligenciada e com maior frequência em países subdesenvolvidos e em

¹ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-0521-7829> **E-mail:** eduardoamorimsilva7@gmail.com

² Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0004-7078-539X> **E-mail:** victarionm@gmail.com

³ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0007-4727-5094> **E-mail:** iuryhenrique13@hotmail.com

⁴ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0001-0979-5140> **E-mail:** adenilsonjs.19@gmail.com

⁵ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-8076-3205> **E-mail:** lucas18azevedo@gmail.com

⁶ Mestrando em Sanidade e Reprodução de Animais de Produção (PPGSRAP – UFAPE/UFRPE). Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:** <https://orcid.org/0009-0001-3049-4537> **E-mail:** zullayb@gmail.com

⁷ Pós-doutoranda PROFIX-JD/CNPq/FACEPE. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6297-4842> **E-mail:** tatienerms@hotmail.com

⁸ Professora do Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária e Zootecnia. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2197-9759> **E-mail:** gilcia.carvalho@ufape.edu.br

regiões carentes de saneamento básico, água potável e educação em saúde. Um outro agravante às infecções por *Cryptosporidium* spp. é sua alta capacidade de disseminação hídrica atrelada à resistência deste protozoário ao cloro utilizado para o tratamento da água no Brasil, o que expõe ainda mais humanos e animais ao risco de infecção (Galvão *et al.*, 2012; Messias *et al.*, 2021).

A doença foi relatada primeiramente em 1907, como responsável por lesões na mucosa gastrointestinal de camundongos, no entanto apenas em 1976 foi descrita pela primeira vez em humanos, na ocasião este apresentava-se imunocomprometido e com sintomas gastrointestinais, como diarreia grave. Desde então a criptosporidiose é relatada por todo o mundo. No Brasil, esta apresenta-se distribuída em todas as regiões e está relacionada principalmente aos períodos de chuva e às áreas com problemas sociais que impactam a qualidade de vida das pessoas devido ao acesso precário às condições essenciais de saúde (Meireles, 2010; Checkley *et al.*, 2015; Ryan; Hijjawi, 2015).

Em Pernambuco a criptosporidiose já foi relatada em humanos e associada aos períodos chuvosos do estado, com ênfase ao acesso precário à água potável em algumas regiões nestes períodos. Ademais, Conceição *et al.* (2020) detectou a presença de *Cryptosporidium* spp, em bezerros na Microrregião de Garanhuns, Pernambuco, enquanto Silva *et al.* (2015), relatou a ocorrência de criptosporidiose em um felino em Recife, capital do estado, o que denota a necessidade de criação de medidas profiláticas para a criptosporidiose em animais de produção e de companhia, já que estes, quando infectados pelo protozoário, são fontes de infecção para seres humanos, para o meio ambiente e para outros animais (Messias *et al.*, 2021).

Frente ao desafio que esta doença representa à Saúde Única, esse trabalho objetivou, através de atividades de extensão universitária voltadas à educação em saúde, promover o conhecimento de estudantes de Garanhuns e produtores rurais da Microrregião de Garanhuns acerca da transmissão e profilaxia da criptosporidiose para humanos e animais.

METODOLOGIA

Entre abril de 2022 e setembro de 2023 participaram das atividades do então projeto de extensão estudantes, professores e funcionários de escolas da rede pública do município de Garanhuns. Além disso, foram visitadas propriedades rurais distribuídas entre os 19

municípios que compõe a Microrregião de Garanhuns, Pernambuco.

Nas escolas, foi avaliado o conhecimento sobre a transmissão e profilaxia da criptosporidiose e posteriormente, foram desenvolvidas atividades lúdicas e educativas na forma de palestras interativas, jogos como quebra-cabeça, caça-palavras e cruzadinhas, além de fóruns tira-dúvidas e entrega de material educativo como fôlderes, gibis sobre zoonoses com as informações abordadas acerca da doença, com adaptações da linguagem e do material utilizados às diferentes faixas etárias, grau de escolaridade e necessidades especiais de algumas crianças.

As propriedades visitadas eram produtoras de pequenos e grandes ruminantes e localizavam-se nas cidades de Angelim, Bom Conselho, Brejão, Caetés, Calçado, Canhotinho, Correntes, Garanhuns, Iati, Jucati, Jupi, Jurema, Lajedo, Lagoa do Ouro, Palmerina, Paranatama, Saloá, São João e Terezinha. Nestas propriedades, foi avaliado o conhecimento dos produtores sobre a criptosporidiose, além da realização de uma abordagem sobre profilaxia e transmissão da doença em questão e da importância do manejo sanitário adequado para evitar parasitoses no geral para o rebanho e para os próprios produtores, através de rodas de diálogo, fóruns tira-dúvidas e entrega de material informativo adaptados ao grau de escolaridade e ao tipo de produção e manejo realizados.

RESULTADOS

Participaram do projeto 438 estudantes entre nove e 18 anos, 12 professores e 19 funcionários de duas escolas da rede pública do município de Garanhuns, a Escola Municipal José Brasileiro Vilanova, contemplando sete turmas, e a Escola Estadual Simôa Gomes, contemplando seis turmas. Além disso, foram visitadas 47 propriedades rurais distribuídas entre os 19 municípios que compõe a Microrregião de Garanhuns, Pernambuco, e que possuíam rebanhos de ruminantes.

Entre os estudantes, apenas 1,1% (5/438) afirmaram conhecer o que era a criptosporidiose, no entanto apenas 0,6% (3/438) responderam assertivamente o questionário acerca das formas de transmissão e prevenção da doença. Já entre os professores 16,7% (2/12) afirmaram conhecer a doença e responderam assertivamente o questionário, assim como entre os funcionários que 21,0% (4/19) conheciam a criptosporidiose e acertaram o questionário.

As propriedades visitadas (Figura 1) foram distribuídas da seguinte forma: 2,1% em Angelim (1/47); 4,2% em Bom Conselho (2/47); 2,1% em Brejão (1/47); 4,2% em Caetés (2/47); 6,4% em Calçado (3/47); 4,2% em Canhotinho (2/47); 2,1% em Correntes (1/47); 12,8% em Garanhuns (6/47); 6,4% em Iati (3/47); 4,2% em Jucati (2/47); 4,2% em Jupi (2/47); 4,2% em Jurema (2/47); 8,5% em Lajedo (4/47); 2,1% em Lagoa do Ouro (1/47); 2,1% em Palmerina (1/47); 10,6% em Paratama (5/47); 10,6% em Salóá (5/47); 4,2% em São João (2/47) e 4,2% em Terezinha (2/47). Entre as propriedades visitadas, nenhum dos produtores rurais sabia o que era a criptosporidiose ou como evitar a infecção do rebanho pelo parasito.

Após a vivência do projeto, tanto nas escolas quanto nas propriedades visitadas, o público-alvo recebeu a informação acerca da profilaxia e transmissão da criptosporidiose e, dessa forma, espera-se que estes tornem mais frequentes as boas práticas de higiene e manejo sanitário de animais. Além disso, uma vez que estes indivíduos detêm o conhecimento a respeito desta doença, espera-se que eles disseminem o conhecimento adquirido.

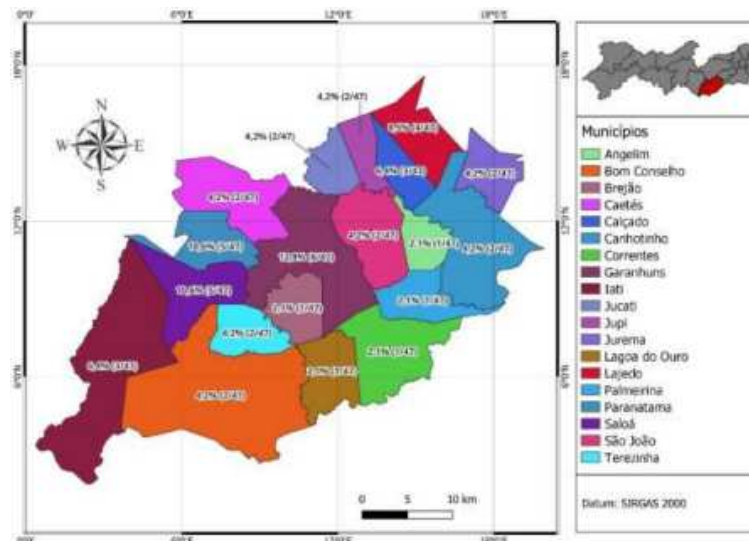


Figura 1: Distribuição da quantidade de propriedades visitadas pelo projeto, por município, na Microrregião de Garanhuns.

DISCUSSÃO

Com base nos dados coletados durante o desenvolvimento do projeto, o desconhecimento dos estudantes, professores e funcionários acerca da criptosporidiose denota a importância da inclusão da educação sanitária voltada ao controle das zoonoses, em especial daquelas que são pouco conhecidas, no plano de educação das instituições de ensino do município de Garanhuns e de todo o estado. Afinal, a educação em saúde é indubitavelmente um instrumento promotor de garantia de bem-estar social e a escola, enquanto instituição social, possui papel fundamental na garantia da formação cidadã e emancipação do indivíduo que acessa, de maneira ativa, a informação (Ferreira *et al.*, 2014; Ribeiro *et al.*, 2020).

Uma vez que o indivíduo possui acesso permanente à educação em saúde ativa e torna-se o principal responsável pela garantia de sua saúde e cidadania, este acaba por perpetuar os saberes em comunidade e atentar aos problemas sociais que impactam diretamente na qualidade de vida da população, principalmente em regiões em que o acesso à água potável e ao saneamento básico não são uma realidade de todos, como é o caso dos bairros em que estas escolas estão localizadas, sendo a educação em saúde e o estabelecimento de políticas públicas efetivas as principais formas de executar essa garantia.

Nas propriedades rurais, a necessidade de informação ficou evidente à medida que o projeto foi vivenciado. A carência de assistência técnica voltada ao manejo sanitário adequado de instalações e do rebanho (Figura 2), a precarização da produção animal pelo uso incorreto e desordenado de antiparasitários, o manejo nutricional deficiente e o uso de fontes de água impróprias (Figura 3) foram a realidade encontrada em grande parte das propriedades, principalmente naquelas em que a criação de animais acontecia como forma de subsistência ou para complementar a renda familiar, com pouca ou nenhuma tecnificação, o que aumenta a susceptibilidade dos animais às parasitoses presentes na região, causando prejuízos econômicos e sociais.



Figura 2: Presença de lixo, lama e dejetos de suínos em parte da área destinada à pastagem de ovelhas e fonte de água da propriedade, além da presença de aves e um felino nesta área;
Figura 3: Fonte de água para fornecimento a ovinos e caprinos, água com presença de dejetos.

Ademais, a criação consorciada de diferentes espécies em um mesmo local foi uma realidade em todas as propriedades visitadas (Figura 2), principalmente no que tange ao acesso livre de animais de companhia e aves aos locais destinados à produção animal de herbívoros, e ao consórcio entre espécies de herbívoros numa mesma área. Atrelado a isso, a capacidade de uma mesma espécie de *Cryptosporidium* em parasitar diferentes hospedeiros, corrobora com o agravamento dos riscos voltados à transmissão do protozoário ao ser humano, outros animais e à contaminação ambiental, principalmente de alimentos e mananciais de água (Bonsere *et al.*, 2020; Messias *et al.*, 2021).

Nesse viés, destaca-se ainda a dificuldade de diagnóstico de criptosporidiose, uma vez que, na maioria das vezes a doença apresenta-se de maneira assintomática e manifesta-se apenas em indivíduos humanos e animais que apresentam sintomatologia clínica voltada às alterações gastrointestinais, sendo pouco atribuída a estas manifestações. O diagnóstico de criptosporidiose acontece principalmente através de testes de coloração das fezes, testes de imunoenaios e Teste da Reação em Cadeia de Polimerase (PCR). Além disso, a ausência de tratamento eficiente implica no estabelecimento de terapia suporte dos sinais clínicos (Galvão *et al.*, 2012; Bonsere *et al.*, 2020; Messias *et al.*, 2021).

Frente às necessidades sociais, de educação, saúde e acesso à informação da população do município de Garanhuns e dos demais municípios que compõem a Microrregião de Garanhuns, torna-se evidente que é dever da Universidade, enquanto

instituição formadora de profissionais, buscar constantemente estar inserida na comunidade de forma efetiva, na comunidade. Principalmente através de atividades de cunho extensionista que unem os pilares de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Pública à sociedade, propondo mudanças através da democratização do acesso à informação e por atividades que fortaleçam a garantia cidadã de direitos, para que assim, seja promovida a execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização Mundial de Saúde.

Diante ao exposto, esse trabalho proporcionou à equipe executora oportunidades e vivências singulares que agregam para além da formação acadêmica, englobando também a importância para a vida profissional e pessoal, pois as vivências voltadas às possibilidades de promover a mudança social através da informação nas escolas e propriedades rurais, a adaptação de linguagem aos diferentes públicos e a busca por formas de intervenção sanitária, junto aos produtores, agregaram de forma única e extremamente proveitosa aos discentes e docentes envolvidos no projeto.

CONCLUSÕES

A criptosporidiose ainda não possui uma terapêutica eficiente para o estabelecimento de um tratamento eficaz, representando assim um desafio à Saúde Pública nos dias atuais, de maneira que a prevenção ainda é a principal forma de controle desta parasitose. No entanto por ainda ser pouco conhecida, é necessário que o acesso à informação, através da educação em saúde seja garantido para que o bem-estar social coletivo. Além disso, é vital que o manejo sanitário adequado faça parte da rotina em áreas rurais no que tange à produção animal, seja ela em grande escala ou a nível de subsistência, afim de evitar a contaminação ambiental e o surgimento de novas infecções por *Cryptosporidium* spp. e outras parasitoses em rebanhos, animais de companhia e seres humanos.

REFERÊNCIAS

- BONSERE, W. C. P. et al. **Surtos de criptosporidiose em humanos: uma revisão sistemática.** Revista Brasileira de Meio Ambiente, v. 8, n. 2, 2020.
- CHECKLEY, W. et al. **A review of the global burden, novel diagnostics, therapeutics, and vaccine targets for cryptosporidium.** The Lancet Infectious Diseases, v. 15, n. 1, p. 85-94, 2015.
- CONCEIÇÃO, A. I. et al. **Cryptosporidium spp. in calves: a description of an outbreak.** Revista Agrária Acadêmica. 2020.
- FERREIRA, V. F. et al. **Educação em saúde e cidadania: revisão integrativa.** Trabalho, educação e saúde, v. 12, p. 363-378, 2014.
- GALVÃO, A. L. B. et al. **Importância da criptosporidiose como zoonose.** Arch Vet Sci, v. 17, n. 2, 2012.
- MEIRELES, M. V. **Cryptosporidium infection in Brazil: implications for veterinary medicine and public health.** Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária, v. 19, p. 197-204, 2010.
- MESSIAS, I. M. O. et al. **Relação de chuvas e casos de criptosporidiose nas mesorregiões de Pernambuco, Brasil.** Research, Society and Development, v. 10, n. 12, p. e571101220459-e571101220459, 2021.
- RIBEIRO, A. C. A. et al. **Zoonoses e Educação em Saúde: Conhecer, Compartilhar e Multiplicar.** Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 5, p. 12785-12801, 2020.
- RYAN, U.; HIJJAWI, N. **New developments in Cryptosporidium research.** International journal for parasitology, v. 45, n. 6, p. 367-373, 2015.
- SILVA, G. R. et al. **Ocorrência de Cryptosporidium spp. em felino de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil.** Vet. Zoot., p. 408-417, 2015.

PROJETO DE EXTENSÃO “OPEREI, E AGORA?” NA FORMAÇÃO DOS DISCENTES

Sheila Maria da Silva Alves¹, João Henrique Almeida Caetano², Robson Alves Soares³, Gustavo Henrique da Silva⁴, Isadhora Antônia Alves de Andrade⁵, Rodrigo Vital Gouveia de Sousa⁶, Jairo De Macêdo Lins e Silva Neto⁷, Denise Granato Chung⁸

INTRODUÇÃO

A extensão universitária é definida como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que suscita a interação entre universidade e outros setores sociais, de modo transformador, visando a promoção e garantia de valores democráticos e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural e social (FORPROEX, 2012).

Também é uma atividade importante para os alunos de graduação, uma vez que é por meio dela que ocorrem as primeiras práticas profissionais. Os discentes podem refletir sobre os conhecimentos adquiridos na sala de aula, associando com a realidade e desta forma, a extensão contribui para o desenvolvimento acadêmico e profissional do cidadão (Pinheiro e Narciso, 2022).

Floriano *et. al.* (2017) consideram que, por meio da relação e da vivência com os problemas sociais e cotidianos da sociedade, promovidas pelas atividades extensionistas, há uma contribuição para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da sociedade, ao passo que os discentes extensionistas adquirem conhecimentos práticos oriundos dessa

¹ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Orcid:<https://orcid.org/0009-0003-9860-854X> **E-mail:** sheilabio332@gmail.com

² Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Orcid:<https://orcid.org/0009-0001-0543-6386> **E-mail:** jhenrique9910@gmail.com

³ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Orcid:<https://orcid.org/0009-0004-9978-0541> **E-mail:** robson95soares@gmail.com

⁴ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Orcid:<https://orcid.org/0009-0005-5798-9985> **E-mail:** gustavohenrique.gh20@gmail.com

⁵ Estudante do curso de Bacharel em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Orcid:<https://orcid.org/0000-0002-3119-0682> **E-mail:** isadhora.1015@gmail.com

⁶ Médico Veterinário do Hospital Veterinário Universitário da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Orcid:<https://orcid.org/0009-0000-1219-9123> **E-mail:**rodrigo.vital@ufape.edu.br

⁷ Professor do curso de Bacharelado em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Orcid:<https://orcid.org/0009-0004-7469-5818> **E-mail:** jairo.macedo@ufape.edu.br

⁸ Professora do Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária. Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Orcid:<https://orcid.org/0000-0003-2319-3960> **E-mail:** denise.chung@ufape.edu.br

vivência, contribuindo para formar profissionais e cidadãos qualificados, críticos e comprometidos.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado por meio de aplicação de questionário aplicada aos 10 alunos participantes do projeto de extensão “Operei, e agora?”, na Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, no ano de 2023. O formulário realizado pela plataforma Google Forms era composto por sete perguntas sobre a importância da extensão para o discente envolvido. As questões foram padronizadas para que os dados pudessem ser quantificados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente estudo foi visto que o projeto contribuiu de forma positiva para a aplicação de conceitos teóricos adquiridos na graduação, onde 50% responderam muitíssimo e 50% responderam muito. O que corrobora com o descrito por Flores (2020) alunos extensionistas associam que os conhecimentos teóricos da sala de aula podem ser transformados em ação e levam a uma transformação das comunidades e instituições, uma vez que são socializados com estes. Simultaneamente, ocorre a internalização da profissão e o aluno começa a se reconhecer como profissional da área, percebendo os desafios que enfrentará na profissão.

No trabalho de Duarte (2014), a maioria dos alunos questionados afirmou que a extensão universitária é a melhor forma de habilitação para o exercício profissional, corroborando com os dados desta pesquisa, onde o percentual de alunos que responderam que o projeto contribuiu muitíssimo foi de 50%, muito 40% e razoavelmente 10% com o aprimoramento de habilidades relativas à prática da medicina veterinária. Oliveira (2020) observou em seu trabalho que o projeto de extensão possibilitou o desenvolvimento de competências antes limitadas à dinâmicas em sala de aula, ressaltando assim a promoção da solidificação e o aprofundamento das teorias estudadas.

Quanto ao desenvolvimento das habilidades de trabalhar em equipe, foi visto que, no presente trabalho a maioria dos extensionistas deram respostas positivas sobre a contribuição

do projeto, 60% responderam muitíssimo, 30% muito e 10% razoavelmente, dados semelhantes aos de Flores (2020), onde o desenvolvimento dessas habilidades foi pontuado como uma característica relevante por 93,3% dos discentes extensionistas.

Sobre o protagonismo estudantil e partilha de conhecimentos, a contribuição do projeto foi muito boa para a maioria dos discentes, visto que 70% dos discentes responderam muitíssimo, 20% muito e 10% razoavelmente. Oliveira (2020) firma a ideia que o compartilhar permite a construção e troca de saberes instigando o aluno a buscar conhecimentos teóricos. Porém, nem sempre a prática é significada pela teoria, pois nem todos os estudantes fazem a conexão das vivências do projeto com o aprendizado.

A interação com diferentes grupos sociais foi relevante para todos os discentes, com respostas variando entre 60% muitíssima e 40% muita contribuição. Segundo Costa, Baiotto e Garces (2013), a interação entre a ciência e a vivência na academia e na sociedade acontecem no espaço de construção de conhecimento significativo e práticas sociais relevantes formado pela extensão universitária, fortalecendo o projeto pedagógico e social. Para Flores (2020) os projetos de extensão promovem transformações sociais diretas ou indiretas, de modo que algumas ações geram contribuições imediatas para a transformação das comunidades atendidas, qualificando e capacitando os envolvidos, e outras ações refletem na qualidade do processo formativo dos estudantes a longo prazo.

Sobre o senso de responsabilidade, solidariedade e ética, os extensionistas responderam que o projeto contribuiu 80% muitíssimo e 20% muito. No trabalho de Duarte (2014) os alunos relataram que o projeto lhes mostrou novas visões e conceitos, conscientizando como serem melhores para as pessoas e o meio em que vivem, além de perceberem que todos possuem seu papel na sociedade em busca de melhor qualidade de vida.

CONCLUSÕES

É possível perceber que a participação no projeto de extensão “Operei, e agora?” desempenha um papel muito importante para a formação dos discentes participantes e através dos diálogos com a população que constitui o público alvo, contribui para o crescimento

profissional e pessoal, ao passo que também possibilita uma melhor visão do meio no qual estão inseridos e atuarão como profissionais.

REFERÊNCIAS

COSTA, A. A. C.; BAIOTTO, C. R.; GARCES, S. B. B. Aprendizagem: o olhar de extensão. In: **A extensão universitária como princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, p. 61-80, 2013.

DUARTE, J. S. **As contribuições da extensão universitária para o processo de aprendizagem, prática da cidadania e exercício profissional**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

FLORES, L. F.; DE MELLO, D. T. O impacto da extensão na formação discente, a experiência como prática formativa: um estudo no contexto de um Instituto Federal no Rio Grande do Sul. **Revista Conexão UEPG**, v. 16, n. 1, p. 2014465, 2020.

FLORIANO, M. D. P.; MATTA, I. B.; MONTEBLANCO, F. L. ZULIANI, A. L. B. Extensão universitária: a percepção de acadêmicos de uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 16, n. 1, p. 9-35, jan./jun. 2017.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão**, Manaus, 2012.

OLIVEIRA, B. C. Contribuições das atividades de extensão na formação de alunos de um curso de Administração Pública: o caso " Fica Ativo! Repensar. **EntreAções: diálogos em extensão**, Juazeiro do Norte, v. 1, n. 1, p. 35-54, jan./jun. 2020.

PINHEIRO, J. V.; NARCISO, C. S. A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 14, n. 2, 2022.